

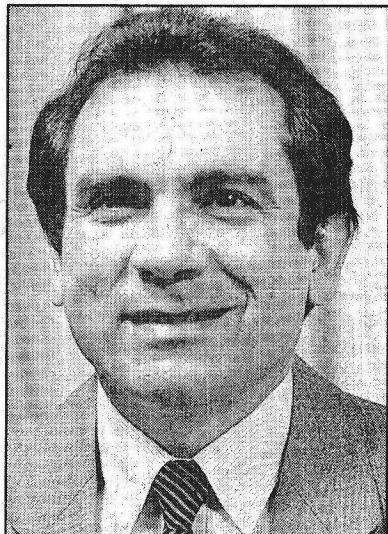
Gazeteiros podem deixar o governo sem um orçamento

Congresso

11 ABR 1994

CORREIO BRAZILIENSE

CB 08.09.87



Lira: "Espero só até 31 de maio"

A proximidade da campanha eleitoral, com o esvaziamento do Congresso Nacional, aumenta os problemas para o último ano do governo. Projetos prioritários — como os de leis de patentes, anti-truste, de concessões de serviços públicos e, principalmente, o Orçamento de 1994 — poderão deixar de ser votados pela absoluta ausência de deputados e senadores. Sem contar a revisão constitucional, fundamental para o próximo governo, pelo menos nas partes tributária e da Previdência.

O projeto do Orçamento para 1994 é o de situação mais delicada. Sem ele, o governo fica limitado a gastos de apenas um doze avos (1/12) por mês em relação ao Orçamento executado no ano passado. Normalmente, o Congresso leva no mínimo quatro meses para alterar e votar o projeto orçamentário. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), não acha impossível o governo não ter lei orçamentária este ano, já que até agora o governo não enviou o projeto ao Congresso, por causa de uma greve dos funcionários da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

"Já avisei ao ministro do Planejamento, Beni Veras, que só fico aqui até 31 de maio. Depois vou me licenciar para cuidar da campanha para a reeleição", afirma Lira.

Mudanças — O projeto de concessões é fundamental para o governo deslanchar o programa de privatização de portos, rodovias, ferrovias e do setor elétrico. Originário do Senado, o projeto sofreu profundas alterações na

Câmara e teve que voltar ao Senado para nova votação. Entretanto, as concessionárias de energia elétrica não aceitam o projeto, porque a Câmara determinou que todas as concessões vencidas após a entrada em vigor da lei, terão que ser submetidas à licitação pública.

O Senado não pode mais apresentar novas emendas, cabendo apenas aprovar o projeto da Câmara, ou rejeitá-lo e restabelecer o projeto original.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, onde o projeto está parado, José Fogaça (PMDB-RS), já antecipa que não há como votá-lo este ano. Por não ter uma lei de patentes, o Brasil foi ameaçado duas vezes, num prazo de dois anos, de ter parte de seus produtos de exportação sobretaxados nos Estados Unidos.